

Fazenda quer convencer Lula a adotar pacote de corte de gastos após eleição

Após eleições municipais. Ministério da Fazenda, comandado por Fernando Haddad, pretende anunciar ajustes nas regras de abono salarial, seguro-desemprego e Benefício de Prestação Continuada

EM BUSCA DO GRAU DE INVESTIMENTO

ESTRATÉGIA DE CONVENCIMENTO

Fazenda tenta obter aval de Lula para medidas estruturais de corte de gastos

THAÍS BARCELLOS
E ANA FLÁVIA FILAR
thais@globo.com
anaflavia@globo.com
BRASILIA, 15 DE OUT

O Ministério da Fazenda planeja anunciar medidas estruturais de contenção de gastos após o segundo turno das eleições municipais, marcado para o próximo dia 27. Segundo integrantes da equipe do ministro Fernando Haddad, a intenção é dar andamento à agenda liderada pela Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Ministério do Planejamento, como ajustes nas regras de abono salarial, seguro-desemprego e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

No entendimento da Fazenda, as medidas são necessárias para assegurar a retomada do

grau de investimento até o fim do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2026. Esse discurso vai ser encampado pela pasta de Haddad como forma de convencer o presidente Lula e o Congresso Nacional da necessidade da agenda, além de tentar blindar as medidas. O recado também é importante para o mercado, já que um eventual grau de investimentos do país pode melhorar o fluxo de aportes internacionais no país.

IR PODE FICAR PARA 2025

Nos últimos dias, causou incômodo no mercado as notícias sobre os planos do governo federal para aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR), sem que antes tenha sido tomada alguma medida concreta para conter a escalada

das despesas obrigatórias, como os benefícios do INSS. A notícia de que poderia ser adotado um imposto mínimo para renda de milionários também causou estresse.

A preocupação dos investidores é que o governo estaria seguindo focado em uma agenda de aumento de receitas, enquanto deixa um corte de gastos estrutural de fora da pauta. Por enquanto, a única estratégia na parte dos gastos é o pente-fino em programas do governo, que deve gerar economia de R\$ 25,9 bilhões em 2025.

Como antecipou O GLOBO, a equipe econômica estudia formas de colocar em prática a promessa de campanha de Lula de isentar do IR quem ganha até R\$ 5.000. Haddad disse, na semana pas-



“Não sei se será possível fazer (a reforma do Imposto de Renda) neste ano, até porque nós estamos com o calendário apertado e com tarefas inconclusas que gostaríamos de entregar neste ano, que é o programa do Planejamento com a Fazenda de revisão de gastos”

Fernando Haddad,
ministro da Fazenda

sada, que Lula está avaliando quatro cenários de compensação e um deles seria a tributação mínima de milionários.

Ontem, o ministro afirmou, em evento do mercado financeiro, que não sabe se será possível encaminhar a reforma do IR este ano e que quer terminar “tarefas inconclusas”, como o programa de revisão do gasto. Mais cedo, a notícia publicada pela agência Reuters sobre a possibilidade de proposta de medidas de corte de gastos já neste ano animou investidores e fez o dólar cair.

— Não sei se será possível fazer (a reforma do Imposto de Renda) neste ano, até porque nós estamos com o calendário apertado e com tarefas inconclusas que gostaríamos de entregar neste

ano, que é o programa do Planejamento com a Fazenda de revisão de gastos — afirmou.

Ontem, Haddad disse também que “às vezes vazam documentos” como se fossem uma proposta finalizada, ao comentar as notícias sobre IR. Disse que os estudos demandam tempo, dada a complexidade dos dados analisados pela Receita Federal, inclusive no exterior. A intenção, segundo ele, é alinhar as normas brasileiras às melhores práticas internacionais, garantindo que a reforma seja neutra tanto no imposto sobre consumo quanto no IR.

BENEFÍCIOS NA MIRA

Dois integrantes da Fazenda disseram que o que está sendo discutido é a agenda tocada pelo secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, Sérgio Firpo. Os estudos miram aumentar a eficiência das políticas e do gasto público, mas são consideradas impopulares por mexer nas regras de benefícios sociais e assistenciais.

Em entrevista ao GLOBO no mês passado, Firpo afirmou que estavam na mesa estudos para desindexar o BPC do salário mínimo ou alterar a idade necessária para acessar o benefício. O BPC é pago a idosos (65 anos) e pessoas com deficiência de baixa renda que pouco ou nunca contribuíram para o regime. O auxílio equivale a um salário mínimo, hoje em R\$ 1.412.

Outra ideia era alterar o critério de acesso ao abono salarial, que hoje beneficia os trabalhadores com carteira assinada que ganham até dois salários mínimos (R\$ 2.824). A avaliação é de que seria mais justo olhar a renda per capita da família. Há também o diagnóstico de que há uma sobreposição em relação ao seguro-desemprego e a multa do FGTS no caso de demissão de empregados formais.

O envio de propostas de corte de gastos tem como marco o pós-eleições porque as medidas podem ser impopulares e, além disso, o Congresso está esvaziado antes desse período. Além disso, depois das eleições é quando se espera que a Reforma Tributária do consumo avance — e o governo não quer misturar os debates.

O avanço na agenda de contenção de gastos é importante para assegurar a retomada do selo de bom pagador na nota de crédito soberana do país. No início do mês, agência de classificação de risco Moody's elevou a nota de crédito do Brasil, com perspectiva positiva, deixando o país a um passo do grau de investimento.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 17